

# Clipping Diário

TJPI



21.09.2017



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 GRAUS	21.09.2017	-	BrJus

#### **Tribunal de Justiça do Piauí convoca estagiários de Direito para Teresina**

O Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) publicou Portaria (Nº 2051/2017), convocando 05 estagiários para atuarem na área de Direito.

Os estagiários ora convocados devem proceder com cadastro individual no prazo de 5 (CINCO) dias úteis, a contar da data da publicação desta Portaria, no endereço eletrônico [www.tjpi.jus.br/intranet](http://www.tjpi.jus.br/intranet)– Link “Estagiários”, observando as instruções de preenchimento da ficha cadastral e as etapas para a sua conclusão.

POLO TERESINA

ÁREA: DIREITO

LUDMILA DE SA CARVALHO F REIS

JULIANA ULISSES DUARTE SANTOS

AUREA NIVEA BRANDÃO SOUZA

MARIA LUCIA COSTA M GARCIA MENDONÇA

HELOISA LINHARES DE ARAUJO SILVA

A Portaria dos convocados está disponível no site do TJ-PI.



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 GRAUS	21.09.2017	-	BrJus

### **Ministro do STF relator da 'Lava Jato' cassa liminar que censurava Portal 180**

O ministro Edson Fachin (STF) cassou os efeitos da liminar imposta pela juíza de direito do 3º Cartório Cível da Comarca de Teresina Lygia Carvalho Parentes Sampaio, que impediu o Portal 180 de falar da Construtora Caxé, e de seu proprietário, Gustavo Macedo Costa, no âmbito do Caso Idepí, embora investigados por autoridades públicas.

O ministro fez referência ainda à derrubada da Lei de Imprensa, que tolhia o trabalho jornalístico. “Na ADPF 130, o STF reconheceu a importância maior, para a democracia constitucional brasileira, da liberdade de imprensa ( e das liberdades de manifestação do pensamento, de informação e de expressão artística, científica intelectual e comunicacional que a informam), dada a ‘relação de inerência entre pensamento crítico e imprensa livre’”. E continua: “Há, assim, uma não apenas uma direta conexão com a democracia, mas até mesmo com o próprio construto da personalidade”, assinalou.

Para o advogado autor da reclamação junto ao Supremo, Wilson Gondim, “com essa decisão, a Suprema Corte reestabelece a ordem constitucional quando desconstitui decisão com nítido ato censório que maculava a democracia ao impedir um meio de comunicação de divulgar fatos de interesse público”.



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 GRAUS	21.09.2017	-	BrJus

### **Norberto Campelo encerra atuação no CNJ e afirma que missão foi cumprida**

O advogado Norberto Campelo encerrou sua atuação como Conselheiro no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em entrevista ao *BrJus/180*, o piauiense destacou que cumpriu sua missão e que dentro do possível trabalhou para melhorar a qualidade da gestão dos tribunais brasileiros, notadamente do TJ-PI.

"Acho que minha principal missão foi aproximar a justiça piauiense do CNJ. Penso que é um dos Estados mais observados do país nos dias atuais, especialmente porque os membros do CNJ percebem o interesse do Tribunal em participar de seus programas e projetos. Procurei ser um facilitador do diálogo entre todos os Tribunais do país, levando as boas ideias ao conhecimento de todos, para que pudessem avaliar a possibilidade de implantação no seu âmbito. Penso que o TJ-PI aproveitou bem esse espaço aberto. O melhor de tudo é que saio, mas a sintonia com o CNJ haverá de prosseguir", afirma Norberto Campelo.



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 GRAUS	21.09.2017	-	POLÍTICA

### Ministro do STF derruba a censura imposta por juíza do Piauí ao Portal 180graus Edson Fachin elogia o tom descritivo das matérias publicadas pelo 180 e diz que há consonância com a realidade fática

*Por Rômulo Rocha – De Brasília*

- *Ministro do STF determina que magistrada envie explicações sobre sua decisão ao Supremo Tribunal Federal e que engenheiro seja oficiado através de carta com AR, logo em seguida determina que os autos sejam enviados para a Procuradoria Geral da República.*

- *Ministro Edson Fachin: “O tom descritivo usado pelas peças jornalísticas e a remissão às informações e documentos oficiais e documentos oficiais obtidos por meio de órgão encarregado da investigação do caso – Tribunal de Contas do Estado do Piauí -, ainda que no juízo prefacial e rarefeito que ora se faz, estão a indicar a aparente consonância, da matéria com a realidade fática e jurídica a que estariam submetidos os autores da ação indenizatória”, no caso a Caxé e o empreiteiro Gustavo Macedo Costa...*

- *Blog Bastidores informa que tem fatos já apurados que serão noticiados, informações que a censura judicial impedia que viessem à tona, como por exemplo, a existência de duas empresas a atuar em secretaria do governo do estado, em obras pagas com recursos públicos...*

- *Blog Bastidores também anuncia em futuras matérias: quem é o empresário e os seus negócios com dinheiro público que, em peça jurídica, sustentou ser o Portal 180 um meio “desorganizado”, disse que o meio agia em conluio com o titular do blog e pediu sua retirada do ar. E o motivo dos mais horrendos ataques ao portal e a seus jornalistas, incluindo o uso de delegacias e da justiça...*

- *Artigo: “Enquanto o mais babaca dos talibãs não for capaz de compreender minha arte, eu me recuso a expressá-la, é isso?”...*

- *Mais: é falácia a informação de que o Portal 180graus e o Blog Bastidores atacaram uma juíza. Ao contrário, se defendeu a Constituição. Não se pode atribuir a defensores da Carta Maior a culpa daqueles que dela não tem conhecimento pleno...*

- *Diz o advogado do 180, Wilson Gondim, citando o ex-ministro da Controladoria Geral da União (CGU): “O segredo é aliado da corrupção”.*

#### **A LIBERDADE DE EXPRESSÃO É MAIOR**

Não podia ser mais simbólica e expressiva, já que o Portal 180graus escreve sobre um amplo caso de suposta corrupção no Piauí, que movimentaria R\$ 100 milhões no apagar das luzes do governo Zé Filho, em 2014 - portanto, um ano eleitoral, em que o candidato à reeleição foi derrotado -, do que o fato de ter sido o relator da Lava Jato (o maior caso de corrupção do país, em uma aula de Direito Constitucional e defesa de Liberdade de Expressão, que engloba a de imprensa), a impedir que o meio de comunicação continuasse sob censura judicial.

Na última tarde, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta Corte do judiciário brasileiro, cassou os efeitos da danosa e frágil liminar imposta pela juíza de direito do 3º Cartório Cível da Comarca de Teresina Lygia Carvalho Parentes Sampaio, que impediu o titular do Blog Bastidores, a jornalista Apoliana Oliveira e o



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 GRAUS	21.09.2017	-	POLÍTICA

jornalista Aquiles Nairó (do Código do Poder), além do Portal 180, de falarem da Construtora Caxé, e de seu proprietário, Gustavo Macedo Costa, no âmbito do Caso Idepi, embora investigados por autoridades públicas.

#### A REFERÊNCIA À RIQUEZA DE DETALHE DAS 17 MATÉRIAS PUBLICADAS

“O tom descritivo usado pelas peças jornalísticas e a remissão às informações e documentos oficiais e documentos oficiais obtidos por meio de órgão encarregado da investigação do caso – Tribunal de Contas do Estado do Piauí -, ainda que no juízo prefacial e rarefeito que ora se faz, estão a indicar a aparente consonância, da matéria com a realidade fática e jurídica a que estariam submetidos os autores da ação indenizatória”, asseverou o relator da Lava Jato, ao fazer referência à empreiteira Caxé e ao empreiteiro Gustavo Macedo.

“Ou seja, não se trata, ao menos à época dos fatos noticiados, de divulgação de informações que se repute manifestamente falsas ou infundadas, havendo, de outro lado, nítido interesse da coletividade à informação veiculada”, continua.

#### “A IMPORTÂNCIA DA LIBERDADE DE IMPRENSA”

O ministro Edson Fachin fez referência ainda à derrubada da Lei de Imprensa, que tolhia o trabalho jornalístico. “Na ADPF 130, o STF reconheceu a importância maior, para a democracia constitucional brasileira, da liberdade de imprensa ( e das liberdades de manifestação do pensamento, de informação e de expressão artística, científica intelectual e comunicacional que a informam), dada a ‘relação de inerência entre pensamento crítico e imprensa livre’”. E continua: “há, assim, não apenas uma direta conexão com a democracia, mas até mesmo com o próprio construto da personalidade”, assinalou.

Com esses argumentos, o ministro relator da Lava Jato deferiu a suspensão da decisão da juíza Lygia Parente, “a fim de evitar dano irreparável” e requisitou informações à magistrada, assim como mandou oficial o empreiteiro Gustavo Macedo Costa através de carta AR, determinando ainda que os autos sejam enviados para a Procuradoria-Geral da República (PGR) após isso.

#### “O SEGREDO É ALIADO DA CORRUPÇÃO”

Para o advogado autor da reclamação junto ao Supremo, Wilson Gondim, “com essa decisão, a Suprema Corte reestabelece a ordem constitucional quando desconstitui decisão com nítido ato censório que maculava a democracia ao impedir um meio de comunicação de divulgar fatos de interesse público”.



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 GRAUS	21.09.2017	-	POLÍTICA

Ele também citou posicionamentos de grandes operadores do direito, como o do ex-ministro da Controladoria Geral da União, Waldir Pires, que disse: “o segredo é aliado da corrupção”.

E ainda o do ministro decano do STF, Celso de Mello: “as prerrogativas do jornalismo devem ser ainda mais protegidas quando a crítica é inspirada pelo interesse público”.

E por fim o do ex-ministro do Supremo, Ayres Britto, em entrevista: “quem quer que seja pode dizer o que quer que seja. A imprensa tem de ter precedência. Se ela não tiver precedência, o que vai acontecer? Censura prévia”.

---

#### **EU NÃO CALO**

*Por Rômulo Rocha*

“Enquanto o mais babaca dos talibãs não for capaz de compreender minha arte, eu me recuso a expressá-la, é isso?” Essa citação é extraída de um dos maiores libelos em defesa da Liberdade de Expressão dos últimos tempos, o manifesto póstumo do diretor do Charlie Hebdo, Charb, morto quando a redação do periódico foi invadida na França, em 2015, ceifando a vida de mais de uma dezena de chargistas e integrantes do jornal. Bom, há uma falácia em dizer que o Portal 180 enfrentou a magistrada que impôs a censura, ou que o titular do Blog Bastidores foi agressivo e desrespeitoso com tal juíza. Não, ao contrário. Se tentou fazer com que ela percebesse o erro. Não há nada mais nobre do que defender a Liberdade de Expressão, um direito mundialmente reconhecido e perseguido, assim como não há nada mais nobre do que defender a Constituição do seu país, não se podendo ser responsabilizado pela ignorância de alguns operadores do direito sobre a sua plenitude. Ao blog, esse tempo, juntaram-se pesquisadores locais, ex-integrantes do 180, e nacionais, sendo possível nesse período de censura, descobrir porque o tal empreiteiro parece temer dar satisfação à opinião pública. Isso será revelado. O mais importante no momento, entretanto, é que se tem a defesa e a retomada da integralidade de um bem universal que não deve, em hipótese alguma, ser vilipendiado pelo Estado, que está sendo enganado com denúncias caluniosas, ardis e baixas por parte dos alvos das matérias. Ora, enquanto o mais ignorante dos caluniadores não entender os meus escritos, sou eu quem deve calar? Nunca!



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
PORTAL AZ	21.09.2017	-	ARIMATÉIA AZEVEDO

### **Vergonha de ser honesto**

Ontem, na esquina do prédio do Tribunal de Justiça, policiais que fazem a segurança da área foram grosseiros e agressivos com um vendedor ambulante que estava parado vendendo lanches para quem transita pelo local, inclusive, para alguns advogados. Graças a imediata intervenção desses advogados ele não foi escorraçado do lugar porque os prestimosos policiais achavam que o trabalhador estava emporcalhando o cenário do Poder Judiciário. Num país com mais de 13 milhões de desempregados, a economia totalmente estagnada, quem se arrisca a buscar meios de sobrevivência, através, sobretudo, do seu trabalho pessoal, enfrenta esse tipo de discriminação e intolerância. O meio de vida desse pobre vendedor é um carrinho de assar espetinhos de carne, que ele transporta de um local para outro, na medida em que vê aglomerações de pessoas. Nada mais atraente para a venda de seu produto aquele espaço, pois, por lá transitam milhares de pessoas diariamente, seja para tratar de seus interesses no Poder Judiciário (o tribunal e o fórum, um em frente ao outro); a Assembleia Legislativa, o TRE, a OAB, e onde também se encontram órgãos do governo. Quando um agente público, no caso um policial, recebe ordens ou toma a iniciativa de 'expulsar' quem está buscando de forma honesta a própria sobrevivência, fica a lamentável certeza de que ser honesto talvez não compense. Tão absurdo quanto expulsar um trabalhador da rua é ver que o policial está desviado de sua verdadeira função porque, ao invés de estar combatendo o bandido que apavora a população, ele se presta a ser serviçal de quem nem precisa, os senhores togados que povoam o lugar.

#### **Deputado investigado**

Não se sabe do que se trata, porque o processo está em 'segredo de justiça', mas o Pleno do TJ-PI autorizou a Procuradoria Geral de Justiça a investigar criminalmente o deputado estadual Evaldo Gomes (PTC).

A provocação foi feita pela própria PGJ.

#### **Sete véus**

Agora se sabe a razão das muitas caminhadas do deputado Evaldo Gomes ao Tribunal de Justiça, sendo visto visitando alguns atapetados gabinetes, sempre acompanhado de advogado.

Se fosse um mané, não haveria tanta curiosidade e o que se lhe atribuem como ato criminoso não estaria envolto em sete véus.

#### **Povoamento 1**

A Academia de Letras da Magistratura Piauiense promoverá o debate sobre a teoria de povoamento do Piauí.

É que historiadores tradicionais têm insistido que o povoamento começou do sertão para o litoral.





## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 GRAUS	21.09.2017	-	POLÍTICA

## Vendedor de espetinho é humilhado em frente ao TJ por estar trabalhando

Desempregado, o autônomo só quer o direito de sustentar os filhos com dignidade

Um jovem pai de família, desempregado, que decidiu entrar para a informalidade, a fim de não ver os filhos passando fome, sofreu humilhação, na manhã desta quarta-feira (20/09), em frente ao Tribunal de Justiça do Piauí. E pasmem: o motivo foi só porque o homem estava parado vendendo espetinhos em uma calçada do TJ.

A vítima é só mais um piauiense que, usando a criatividade, mandou confeccionar o carrinho para venda de churrasco. Ele estava na calçada comercializando seus “espetinhos”, quando policiais que fazem a segurança no Tribunal de Justiça o abordaram mandando ele se retirar do local.

Por sorte do trabalhador, advogados que estavam nas proximidades presenciaram a ação e partiram em defesa do vendedor ambulante.

Não é o primeiro caso de pai de família que sofre humilhação nas ruas de Teresina, há poucos meses o vídeo de uma mulher sendo arrastada por fiscais com “bicicleta e tudo”, chocou a população e levantou o questionamento se é prudente deixar um pai de família sem a oportunidade de sustentar com dignidade a sua família, em detrimento de um artigo do Código de Postura do Município que não leva em conta a questão legal da sobrevivência.



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
OITO MEIA	21.09.2017	-	ALLISON PAIXÃO

## STF dá razão ao portal 180graus e põe fim à “censura” imposta pela Justiça do Piauí

Após reclamação movida pelos jornalistas Rômulo Rocha, Apoliana Oliveira e Aquiles Nairó e pelo portal 180graus, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pôr fim a uma ação considerada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) “censura prévia”.

Em uma ação assinada nesta terça-feira (19/09), o ministro do STF Edson Fachin -exatamente, o mesmo que está a frente, como relator, da Operação Lava Jato- deferiu pela “suspensão da decisão” da juíza Lygia Carvalho Parentes Sampaio, que impedia o jornalista Rômulo Rocha e o portal 180graus de citarem o nome do empresário Gustavo Macedo, dono da Construtora Caxé, e o de sua empresa.

Mérito do advogado Wilson Gondim, a frente da ação de reclamação a favor de seus clientes, o jornalista Rômulo e o portal 180graus. “Com essa decisão, a Suprema Corte reestabelece a ordem constitucional quando desconstitui decisão com nítido ato censório que maculava a democracia ao impedir um meio de comunicação de divulgar fatos de interesse público”, afirmou Gondim.

“O STF reconheceu a importância maior, para a democracia constitucional brasileira, da liberdade de imprensa (e das liberdades de manifestação do pensamento, de informação e de expressão artística, científica, intelectual e comunicacional que a informam) , dada a ‘relação de inerência entre pensamento crítico e imprensa livre’. Há, assim, não apenas uma direta conexão com a democracia, mas até mesmo com o próprio construto da personalidade”, diz trecho da decisão de Fachin contra o caso considerado “censura prévia”.

Fachin deferiu a suspensão da decisão da juíza Lygia Parente, “a fim de evitar dano irreparável” e ainda fez questão de requisitar informações à magistrada sobre tal decisão. Foram oficiados o empresário Gustavo Macedo Costa, através de carta AR, e sua empresa, determinando ainda que os autos sejam enviados para a Procuradoria-Geral da República (PGR). O advogado Wilson Gondim utilizou o discurso usado pelo ex-ministro da Controladoria Geral da União, Waldir Pires: “o segredo é aliado da corrupção”. No portal 180graus o jornalista Rômulo Rocha anuncia que novas matérias com denúncias contra o empresário Gustavo Macedo e a sua Construtora Caxé serão publicadas.



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	21.09.2017	-	ARIMATÉIA AZEVEDO



#### Vergonha de ser honesto

Ontem, na esquina do prédio do Tribunal de Justiça, policiais que fazem a segurança da área foram grosseiros e agressivos com um vendedor ambulante que estava parado vendendo lanches para quem transita pelo local, inclusive, para alguns advogados. Graças a imediata intervenção desses advogados ele não foi escorraçado do lugar porque os prestimosos policiais achavam que o trabalhador estava emporcalhando o cenário do Poder Judiciário. Num país com mais de 13 milhões de desempregados, a economia totalmente estagnada, quem se arrisca a buscar meios de sobrevivência, através, sobretudo, do seu trabalho pessoal, enfrenta esse tipo de discriminação e intolerância. O meio de vida desse pobre vendedor é um carrinho de assar espetinhos de carne, que ele transporta de um local para outro, na medida em que vê aglomerações de pessoas. Nada mais atraente para a venda de seu produto aquele espaço, pois, por lá transitam milhares de pessoas diariamente, seja para tratar de seus interesses no Poder Judiciário (o tribunal e o fórum, um em frente ao outro); a Assembleia Legislativa, o TRE, a OAB, e onde também se encontram órgãos do governo. Quando um agente público, no caso um policial, recebe ordens ou toma a iniciativa de 'expulsar' quem está buscando de forma honesta a própria sobrevivência, fica a lamentável certeza de que ser honesto talvez não compense. Tão absurdo quanto expulsar um trabalhador da rua é ver que o policial está desviado de sua verdadeira função porque, ao invés de estar combatendo o bandido que apavora a população, ele se presta a ser serviçal de quem nem precisa, os senhores togados que povoam o lugar.

#### Deputado investigado

Não se sabe do que se trata, porque o processo está em 'segredo de Justiça', mas o Pleno do TJ-PI autorizou a Procuradoria Geral de Justiça a investigar criminalmente o deputado estadual Evaldo Gomes (PTC). A provocação foi feita pela própria PGJ.

#### Sete véus

Agora se sabe a razão das muitas caminhadas do deputado Evaldo Gomes ao Tribunal de Justiça, sendo visto visitando alguns atapetados gabinetes, sempre acompanhado de advogado. Se fosse um mané, não haveria tanta curiosidade e o que se lhe atribuem como ato criminoso não estaria envolto em sete véus.

#### Povoamento 1

A Academia de Letras da Magistratura Piauiense promoverá o debate sobre a teoria de povoamento do Piauí. É que historiadores tradicionais têm insistido que o povoamento começou do sertão para o litoral.

#### Expressas

A Câmara de Dirigentes Lojistas